

# O significado e os desafios da Revolução



**Alexis de Tocqueville**



**+Liberdade**

## O significado e os desafios da Revolução

Cavalheiros,

Tudo é novo em França, excepto a Academia. A Academia permanece como o único vestígio da antiga sociedade destruída. Só ela tem anais que remontam a dois séculos. Contemporânea da literatura, nascida quase ao mesmo tempo que ela, nunca deixou de atrair para o seu seio todos aqueles que brilharam no nosso país através das letras. Dela fizeram parte quase todos os nossos grandes escritores. Encontramos aqui a sua memória ou a sua presença, e é impossível abordar pela primeira vez esta antiga e ilustre companhia sem reflectir sobre si mesmo e sofrer com a própria insuficiência.

Sinto isto mais do que qualquer outro, Cavalheiros; mas não procurarei expressá-lo.

Entendi que há algo ainda mais modesto do que falar modestamente de si próprio, que é não falar de todo.

Por conseguinte, avançarei imediatamente para o objecto deste discurso, que é o de falar à Academia sobre o homem respeitável que não me lisonjeio de vir substituir.

O Sr. de Cessac nasceu em meados do século XVIII, em 1752; atingia a idade viril naquele solene momento em que a revolução, que em breve renovaria todas as instituições políticas dos seus contemporâneos, completava a consumação das suas ideias.

O quadro que a sociedade apresentava nesse instante era singular e novo. Outros séculos já haviam visto espíritos poderosos e indomados, sacudindo o jugo de opiniões recebidas e doutrinas autorizadas, perseguir isoladamente a verdade. Mas tal espectáculo tinha sido dado apenas por alguns homens ou a propósito de alguma área do conhecimento humano.

O que singulariza o século XVIII na história é que esta curiosidade ousada e reformadora foi sentida, de uma só vez, por uma geração inteira, e teve

---

Discurso proferido em 21 de Abril de 1842 por Alexis de Toqueville (1805–1859), aquando da sua recepção na Academia Francesa, da qual se tornou membro após a vaga aberta pela morte de Jean-Girard Lacuée, conde de Cessac (1752–1841), a quem é dedicado o discurso.

Tradução de Ana Cunha Coutinho, revisão de Pedro Almeida Jorge e colaboração de José Mendes Lopes. O original em língua francesa pode ser encontrado em: <https://www.academie-francaise.fr/discours-de-reception-dalexis-de-tocqueville>. O título foi escolhido para a presente tradução.

influência, ao mesmo tempo, sobre o objecto de quase todas as suas crenças; de tal maneira que, no mesmo momento, os princípios sobre os quais até então se apoiavam as ciências, as artes, a filosofia e a política, afectados por uma espécie de tremor universal, foram todos agitados ou destruídos, e só a religião, retirando-se para as profundezas de certas almas, foi capaz de se aguentar à espera de novos dias.

No momento em que o Sr. de Cessac entrava no mundo, esta noção extraordinária, de que cada um deve procurar a verdade apenas em si mesmo, e que está em condições de aí a descobrir, tinha-se estabelecido no âmago de todas as inteligências. A luta tinha cessado; a nova filosofia reinava incontestada; já ninguém se ocupava em discutir o seu princípio, mas apenas em descobrir as suas consequências.

O Sr. de Cessac entra profundamente neste espírito do seu tempo.

A natureza não o tinha, no entanto, preparado para ser um inovador. Mas ele era jovem na altura e havia algo de juvenil no ritmo do século que não podia deixar de lhe gerar forte simpatia.

A sociedade era antiga em duração, mais antiga ainda nos seus costumes. Possuía quase todas as vantagens e mostrou a maioria dos vícios e deficiências que a idade dá às nações. Mas neste corpo velho aparecia um espírito jovem. Apesar de a monarquia francesa já existir há mais de mil anos, os franceses acreditavam que estavam a entrar na vida social pela primeira vez. Para eles, a humanidade tinha acabado de assumir uma nova face, ou melhor, uma nova humanidade estava a ser oferecida aos seus olhos. Sentiram que estavam no início de uma longa carreira que não receavam atravessar, e para a qual avançaram com um passo ágil e animado, mostrando, nas suas palavras e na sua postura, essa confiança presunçosa na sua força e esse esquecimento orgulhoso de si próprio que são os atributos da juventude.

Isto, de resto, não foi exclusivo da França. A França deu o maior, mas não o único exemplo; não existe uma sociedade assim antiga que, na abordagem de uma grande transformação social, não tenha tido estes retornos da juventude. Esta crença orgulhosa de que o verdadeiro absoluto foi finalmente encontrado, estas belas ilusões sobre a natureza humana, esta auto-confiança quase ilimitada, este impulso generoso em direcção ao ideal, estas imensas e quiméricas esperanças precederam e produziram todas as revoluções que mudaram a face da terra. Pois, diga-se o que se disser, não é através de

sentimentos medíocres e pensamentos vulgares que alguma vez se realizaram grandes coisas.

E a esta primeira época seguiu-se sempre outra, durante a qual, por meio de uma inversão violenta, os homens, depois de se terem elevado muito acima do seu nível natural, regressavam a si próprios de uma forma pequena, e pareciam envergonhados tanto do mal como do bem que tinham feito; ou então um desencorajamento efeminado sucedia a uma presunção quase infantil, onde as devoções imprudentes eram substituídas por um egoísmo ainda mais imprudente, e em que os contemporâneos se mostravam frequentemente mais duros com as suas obras do que a posteridade o será.

Seria uma manifesta injustiça julgar uma grande revolução apenas segundo o que é dito sobre ela pelos homens que, depois de a terem feito, ou visto fazer, sobrevivem a ela.

Não há revolução que não prometa infinitamente mais do que dela resulta, e é raro que as mais necessárias e vitoriosas não deixem nas almas daqueles que as conduziram e que delas beneficiam quase tanta amargura como alegria.

Como não se alcançou tudo o que se pretendia, parece que não se tocou sequer no objectivo. Tornamo-nos facilmente insensíveis aos bens conquistados, pela lembrança daqueles com que se sonhou, e, comparando o resultado com o esforço, quase se é tentado a rir-se de si próprio.

A geração que vê chegar ao fim uma grande revolução sente-se sempre inquieta, insatisfeita e triste.

Chegado o momento em que a corrente de opinião que até aqui nos trouxe se consolidava e se tornava irresistível, o Sr. de Cessac, como já disse, não tentou lutar contra o seu curso: seguiu-o. Cooperou ardentemente e com sucesso na composição da Enciclopédia. Escreveu excelentes artigos nesta vasta colecção, todos eles relacionados com o estado militar, que era a sua profissão.

No entanto, o antigo regime foi cedendo no meio das suas desigualdades abusivas, dos seus erros e dos seus vícios. Já não se tratava, para muitas pessoas, de o corrigir, mas sim de o destruir. A nova filosofia estava gradualmente a transformar-se numa revolução. Isto sempre acontece e sempre surpreende. Apesar de não haver nada mais claramente estabelecido na legislação de Deus sobre as sociedades humanas do que a relação que une os grandes movimentos intelectuais aos grandes movimentos políticos, os líderes das nações nunca

parecem percebê-la até que lha coloquem diante dos olhos. Como os casos em que esta lei geral se manifesta só se repetem de tempos a tempos, príncipes e estadistas esquecem rapidamente que ela existe; ao fim de algum tempo, convencem-se de que nunca foi promulgada, ou, pelo menos, que caiu em desuso; e quando Deus finalmente a aplica, ficam quase sempre tão surpreendidos como se Ele nunca tivesse feito uso dela em relação aos seus antepassados.

Enquanto se consideram as coisas humanas apenas em abstracto e a ocupação é apenas com a discussão geral das noções do bem e do mal, do verdadeiro e do falso, do justo e do injusto, os líderes só vêem nisso a diversão dos ociosos, o prazer dos sonhadores. Não percebem que estas ideias, que lhes parecem tão separadas dos actos, são para o corpo social aquilo que o próprio princípio vital é para o corpo humano; aquela força central e oculta que não pode ser definida, que não pode ser vista, mas que é descoberta no jogo dos órgãos, que se perturbam ou decompõem assim que ela se altera.

Tendo sido, assim, atingido o princípio vital da velha monarquia, começa a grande revolução social de 89.

O desejo de realizar esta revolução havia sido quase unânime. Mas, na sua presença, houve divisão.

O Sr. de Cessac permaneceu com aqueles que, tendo-a preparado, a adoptaram, contra aqueles que, tendo-a também preparado, a combateram. Em 1791, entrou na assembleia legislativa, da qual foi então eleito presidente.

Durante a sua curta estadia nesta assembleia, o Sr. de Cessac tomou com frequência a palavra. Quase todos os seus discursos dizem respeito à organização das forças armadas. Em todos se denota um espírito limpo, simples e claro. Vemos que o Sr. de Cessac estava entre os homens que prestaram mais serviços à revolução – precisamente porque não eram naturalmente revolucionários – e que, misturando o seu gosto regular e organizacional com o seu ardor, fizeram triunfar a sua causa sem lhe pertencer. Não se deve acreditar que são sempre aqueles que mais se entregam às inclinações instintivas do seu partido os que lhe obtêm a vitória. Vê-se frequentemente o oposto. Quase todos os partidos perecem devido ao exagero e abuso do próprio princípio que é a sua força. Esta é a sua doença mais comum e perigosa, e o homem que melhor os serve e às suas ideias é muitas vezes aquele que põe ao seu serviço um espírito diferente do seu.

Assim foi o Sr. de Cessac, ainda que tivesse vivido durante muito tempo no meio de gerações que tinham preparado ou proclamado a república; pode dizer-se que pertenceu naturalmente a essa raça de homens destinada pela Providência a ser a força e honra das monarquias absolutas; uma raça secundária, mas ainda assim uma grande raça.

Os soberanos absolutos têm, com efeito, ao seu alcance, dois tipos de servidores, que não devem ser confundidos: uns são executores desajeitados ou corruptos dos desejos do mestre, que expõem ou desonram a sua autoridade. Muitas vezes agradam-lhe; mas prejudicam-no sempre. Os outros revelam, mesmo na mais extrema obediência, um vigor intelectual e uma grandeza moral digna de reconhecimento. Sem procurarem discernir mais do que os anteriores o que possa ser injusto ou perigoso no empreendimento que lhes foi confiado, preocupam-se somente em levá-lo até ao fim com fidelidade e honra. A acção da sua consciência cinge-se, por assim dizer, a este pequeno espaço, e por vezes torna-se ainda mais enérgica e animada. A fim de melhor cooperar na execução destes planos, nos quais entraram sem os ter discutido ou concebido, parecem desertar de si próprios e transportar-se inteiramente para o ponto de vista de quem os dirige. Dir-se-ia que possuem as luzes de uma alta inteligência apenas para melhor penetrarem no pensamento de outrem, e que só apreciam o seu próprio génio quando este a outros serve.

Não os vemos negligenciarem as partes obscuras do governo para se ocuparem apenas das mais brilhantes; têm o mesmo cuidado com as pequenas e com as grandes acções; ou melhor, não consideram que haja pequenas acções nas suas vidas, pois o que é grande para eles é apenas o seu dever para com aquele que os faz agir.

Como são apenas executores de planos que não crêem ter o direito de alterar, o seu comando é sempre inflexível, muitas vezes severo, e por vezes chegam ao ponto de serem implacáveis por uma espécie de virtude; no entanto, não são insensíveis aos males que causam. Mas gostam de imaginar que a grandeza do Estado acaba sempre por resultar da grandeza do príncipe; gostam de acreditar que a felicidade dos seus súbditos depende do exercício inquestionável de todo o seu poder, e para eles patriotismo é manter o seu país na ordem e na obediência em que eles próprios se encontram.

O Sr. de Cessac foi um herdeiro desta família. Pertencia-lhe pelo seu espírito, pelas suas inclinações, pelas suas qualidades, pelos seus defeitos; a

natureza tinha-lhe atribuído claramente um papel. Só lhe faltara o teatro; o Império providenciou-o.

A revolução, à medida que avançava, tudo destruía. Ainda não tinha sido capaz de criar nada. A desordem e a fraqueza estavam por toda a parte. Ninguém sabia comandar ou obedecer, e pensava-se que em breve se ouviriam os últimos suspiros do corpo social.

Napoleão aparece neste momento supremo. Apanha apressadamente – e coloca em suas mãos – todos os fragmentos dispersos de poder; constitui uma administração, forma um sistema de justiça e uma legislação civil e política organizada sobre um mesmo plano; numa palavra, retira, de baixo das ruínas que a revolução havia feito, uma nova sociedade, melhor ligada e mais forte do que a antiga sociedade destruída, e ofereceu-a, de repente, aos olhos da França, que não se reconhecia a si mesma.

O mundo, perante esta visão, irrompeu em gritos de admiração, e desculpa-se que acreditasse que aquele que dava tais espectáculos aos homens era, de alguma forma, mais do que um simples homem.

A coisa era, de facto, admirável e extraordinária, mas não tão maravilhosa como se afigurava àqueles que a testemunhavam. Para o conseguir, encontrou facilidades tão singulares, mas ao mesmo tempo tão escondidas, que talvez o principal esforço do génio de Napoleão tenha sido descobri-las.

Muitas destas facilidades foram demonstradas e são bem conhecidas.

Não falarei, portanto, da destruição completa de todas as antigas leis, que pareciam necessitar e legitimar todas as novas; da lassidão das almas, que uma tempestade tão longa e dura havia esgotado; do desejo de conquistas que havia sucedido ao de liberdade, e que, mais cedo ou mais tarde, estava destinado a fazer cair o ceptro nas mãos de um soldado; por fim, da necessidade sentida por todos aqueles a quem a revolução havia melhorado o seu estado, de procurar algum tipo de organização social que lhes permitisse proteger os frutos da vitória e de os desfrutar; todas estas causas foram acidentais e transitórias; existem causas mais profundas e permanentes.

O século XVIII e a revolução, ao mesmo tempo que introduziam com estrondo no mundo novos elementos de liberdade, tinham depositado, secretamente, no seio da nova sociedade, algumas sementes perigosas das quais poderia emergir o poder absoluto.

A nova filosofia, ao submeter todas as crenças ao único tribunal da razão individual, tinha tornado as inteligências mais independentes, mais orgulhosas, mais activas, mas tinha-as isolado. Os cidadãos cedo perceberiam que a partir de agora precisariam de muita arte e esforço para se unirem em ideias comuns, e que era de temer que o poder finalmente os dominasse a todos, não porque tivesse a opinião pública consigo, mas porque não existia opinião pública.

Não era apenas de temer o isolamento das mentes, mas as suas incertezas e indiferença; cada um procurando a verdade à sua maneira, muitos chegavam à dúvida, e com a dúvida penetrava naturalmente nas almas o gosto pelos prazeres materiais, este gosto tão fatal à liberdade – e tão caro àqueles que a querem tirar aos homens.

Pessoas que acreditavam ser e eram por todos reconhecidas como sendo capazes de procurar e encontrar a verdade por si próprias, não podiam permanecer por muito tempo apegadas a condições desiguais. A Revolução Francesa tinha, de facto, destruído tudo o que restava das castas e classes; tinha abolido privilégios de todo o tipo, dissolvido associações particulares, dividido bens, espalhado conhecimento, e composto a nação de cidadãos mais semelhantes pela sua riqueza e luzes que alguma vez se tinha visto no mundo. Esta grande similitude de interesses e de homens impedia que toda a sociedade pudesse vir a ser governada em benefício exclusivo de certos indivíduos. Protegia-nos assim para sempre da pior de todas as tiranias, a de uma classe; mas tornava, ao mesmo tempo, a nossa liberdade mais difícil.

Entre os povos livres, governa-se apenas por partidos, ou mais concretamente, o governo é um partido que detém o poder. O governo é, portanto, tanto mais poderoso, perseverante, clarividente e forte, quanto mais existirem, no seio do povo, partidos compactos e estáveis.

Ora, tais partidos não são facilmente formados e mantidos em países onde não existam, entre os interesses dos cidadãos, dissemelhanças e oposições suficientemente visíveis e duradouras para que os espíritos possam ser conduzidos e atidos por eles próprios em opiniões contrárias.

Quando os cidadãos são mais ou menos parecidos, é difícil unir um grande número deles numa única política e mantê-los lá.

As necessidades do momento, os caprichos dos espíritos, os mais pequenos interesses particulares podem criar, a cada instante, pequenas facções efémeras, cuja mobilidade caprichosa e estéril acaba por enojar os homens da sua própria



independência, e a liberdade é ameaçada de perecer, não porque um partido abuse tiranicamente do governo, mas porque nenhum partido está em posição de governar.

Depois da velha hierarquia social ser destruída, cada francês descobriu-se mais elucidado, mais independente, mais difícil de se deixar governar por coerção; mas, por outro lado, já não existiam entre eles laços naturais e necessários. Cada um concebia um sentimento mais vivo e orgulhoso da sua liberdade; mas era-lhe mais difícil unir-se a outros para a defender; ele não dependia de ninguém, mas não podia contar com ninguém. O mesmo movimento social que havia quebrado os seus entraves tinha isolado os seus interesses, e era agora possível separá-lo do todo para o coagir ou corromper.

Tendo o património sido dividido e a riqueza espalhada, cada um pôde ocupar-se da política e interessar-se pelos seus debates, o que tornava mais difícil a fundação do poder absoluto; mas, por outro lado, já ninguém se podia entregar inteiramente aos assuntos públicos. As fortunas eram pequenas e móveis; a preocupação em aumentá-las ou mantê-las era doravante o primeiro e muitas vezes o maior esforço das almas; e embora todos os cidadãos tivessem o gosto, e até certo ponto o tempo, para se ocuparem do governo, ninguém o podia considerar como única ocupação. Um poder único, conhecedor, hábil e forte haveria de gabar-se de, a longo prazo, surpreender as vontades de uma multidão assim inexperiente ou desatenta e, gradualmente, afastar das paixões públicas para se concentrar nas atraentes preocupações dos assuntos privados.

Várias novas opiniões saídas da mesma fonte tendiam a favorecer o sucesso de um tal empreendimento.

No mesmo momento em que se difundia em França a ideia de que cada homem tinha o direito de participar no governo e de discutir os seus actos, cada um de nós tinha uma noção muito mais ampla e elevada dos direitos desse Governo.

Tendo o poder de dirigir e de administrar a nação deixado de ser considerado um privilégio exclusivo de certos homens e de certas famílias, parecendo sim o produto e o agente da vontade de todos, foi prontamente reconhecido que ele não deveria ter outros limites senão os que impusesse a si próprio; cabia-lhe regular o Estado e cada homem como quisesse. Após a destruição de classes, corporações e castas, ele aparecia como o herdeiro necessário e natural de todos os poderes secundários. Não havia nada tão grande

que ele não conseguisse alcançar, nada tão pequeno que não pudesse tocar. A ideia da centralização e a da soberania do povo nasceram no mesmo dia.

Tais noções tinham sido fruto da liberdade; mas podiam facilmente levar à servidão.

Desde que o Governo aparentasse representar a soberania nacional, éramos levados a conceder-lhe estes poderes ilimitados, os quais havíamos, com razão, recusado ao príncipe no tempo em que este somente se representava a si mesmo ou aos seus antepassados; e foi assim que Napoleão, sem beliscar muito o senso público, pôde, enfim, dizer que tinha o direito de tudo comandar, porque era o único que falava em nome do povo.

Assim começou esta estranha luta entre as nossas ideias e os nossos costumes, que ainda dura e que hoje mesmo se torna mais viva e obstinada.

Enquanto cada cidadão, orgulhoso do seu esclarecimento, orgulhoso da sua razão emancipada, e independente dos seus semelhantes, parecia estar a isolar-se cada vez mais, a considerar-se apenas a si próprio no universo e a esforçar-se a cada momento para fazer prevalecer o seu interesse particular sobre o interesse geral, uma multidão de seitas diferentes estava a emergir e a espalhar-se por todos os lados, todas contestando o usufruto privado de muitos dos direitos que aos indivíduos haviam sido reconhecidos desde as origens das sociedades. umas queriam destruir a propriedade, outras abolir a hereditariedade ou dissolver a família. Todas, incessantemente, tendiam a submeter o emprego de todas as faculdades individuais à direcção do poder social, e a tornar cada cidadão menos do que um homem.

E não foram génios raros que, subindo com esforço a corrente das ideias contemporâneas, chegaram finalmente a estas novidades singulares. Elas estavam tão disseminadas, que os espíritos mais vulgares e as inteligências mais coxas não tiveram dificuldade em encontrá-las e delas se aproveitarem.

Assim, coisa bizarra!, enquanto cada particular exagerava o seu valor e independência tendendo para o individualismo, o espírito público dirigia-se cada vez mais, de uma maneira geral e abstracta, para uma espécie de panteísmo político que, retirando ao indivíduo a sua própria existência, ameaçava dissolvê-lo por inteiro na vida comum do corpo social.

Estes diferentes instintos, estas ideias contrárias, que o século XVIII e a revolução francesa nos tinham sugerido, formavam ainda uma massa confusa e

impenetrável quando Napoleão entrou em cena; mas a sua poderosa inteligência não demorou muito a desvendá-los. Ele viu que os seus contemporâneos estavam mais próximos da obediência do que eles próprios acreditavam, e que querer difundir entre eles um novo trono e uma nova dinastia não era um empreendimento insensato.

Do século XVIII e da revolução, como que de uma nascente comum, surgiram dois rios: o primeiro conduzia os homens a instituições livres, enquanto o segundo conduzia-os ao poder absoluto. A resolução de Napoleão foi rapidamente tomada. Desviou-se de um e embarcou no outro com a sua fortuna. Levados por ele, os franceses depressa se viram mais longe da liberdade do que em qualquer outra altura na História.

Embora o Império tenha feito coisas surpreendentes, não se pode dizer que ele contivesse as verdadeiras fontes da grandeza. Deveu o seu brilhantismo mais a acidentes do que a ele próprio.

A revolução levantou a nação e fê-la andar. Tinha acumulado imensas e novas forças; ele organizou-as e utilizou-as. Fez maravilhas, mas numa época de maravilhas. Ele próprio, que tinha fundado este império e que o sustentou, era o fenómeno mais extraordinário que tinha aparecido no mundo em muitos séculos. Era tão grande quanto um homem poderá ser sem virtude.

A singularidade do seu génio justificava e legitimava, por assim dizer, aos olhos dos seus contemporâneos, a sua extrema dependência; o herói escondia o déspota; e era possível acreditarem que, ao obedecer-lhe, se submetiam menos ao seu poder do que a ele mesmo. Mas depois de Napoleão ter deixado de iluminar e animar este novo mundo que tinha criado, tudo o que restava dele era o seu despotismo, o despotismo mais perfeito que alguma vez pesara sobre a nação menos preparada para preservar a sua dignidade em servidão.

O imperador tinha executado sem esforço um empreendimento sem precedentes; tinha reconstruído todo o edifício social de uma só vez e num único plano para alojar comodamente o poder absoluto.

Os legisladores que formaram as novas sociedades não tinham eles mesmos sido suficientemente civilizados para conceber a ideia de uma tal obra, e aqueles que tinham vindo quando as sociedades já estavam a envelhecer não tinham sido capazes de a realizar; tinham encontrado obstáculos intransponíveis nos escombros das antigas instituições. Napoleão possuía o esclarecimento do século XIX, e foi-lhe dado agir sobre uma nação quase tão desprovida de leis,

morais e costumes fixos como se tivesse acabado de nascer. Isto permitiu-lhe fabricar o despotismo de uma forma muito mais racional e erudita do que alguém ousou empreender antes dele. Depois de promulgar sob o mesmo espírito todas as leis destinadas a regular as mil relações dos cidadãos entre si e com o Estado, conseguiu criar em simultâneo todos os poderes encarregados de executar essas leis e subordiná-los de tal forma que todos constituíam somente uma vasta e simples máquina de governo, da qual só ele era o motor.

Nada comparável jamais havia aparecido no seio de qualquer povo.

Em países sem instituições livres, os indivíduos, com a ajuda da diversidade das leis e da discordância dos poderes, haviam sempre acabado por roubar ao governo alguma da sua independência; mas aqui, a formidável unidade do sistema e a poderosa lógica que unia todas as suas partes não deixavam qualquer refúgio à liberdade.

Não demoraria muito até que o espírito humano respirasse com dificuldade num tal abraço. A vida cedo se viria a retirar de tudo o que não fosse poder; e quando se viu esse imenso poder reduzido, por sua vez, a empregar a sua força superabundante apenas para realizar as pequenas ideias e satisfazer os desejos medíocres de um déspota comum, percebeu-se que a grandeza e o poder surpreendente do Império não tinham vindo dele.

Nas sociedades crentes ou pouco esclarecidas, o poder absoluto comprime frequentemente as almas, mas não as degrada, porque é aceite como um facto legítimo. Sofre-se do seu rigor sem o ver, é suportado sem ser sentido. Tal já não tem como suceder hoje em dia. O século XVIII e a Revolução Francesa não nos tinham preparado para nos submetermos com moral e honra ao despotismo. Os homens tinham-se tornado demasiado independentes, demasiado irreverentes, demasiado cépticos para acreditarem sinceramente nos direitos do poder absoluto. Nele teriam visto apenas uma ajuda desonesta contra a anarquia da qual não tinham coragem de se defender, um apoio vergonhoso concedido aos vícios e fraquezas da época. Tê-lo-iam considerado simultaneamente necessário e ilegítimo e, vergando-se sob as suas leis, ter-se-iam desprezado a si próprios desprezando-o.

O governo absoluto seria, além disso, dotado de uma eficácia especial e maligna para nutrir e desenvolver todos os maus instintos que poderiam ser encontrados na nova sociedade; ter-se-ia apoiado neles e tê-los-ia aumentado desmedidamente.

A difusão das luzes e a divisão dos bens tinha tornado cada um de nós independente e isolado de todos os outros. A única coisa que nos restava para unirmos momentaneamente os nossos espíritos e reunir de vez em quando as nossas vontades era o interesse pelos assuntos públicos. O poder absoluto ter-nos-ia privado desta oportunidade única de pensar em conjunto e agir em comum; e teria acabado por nos enclausurar naquele individualismo estreito em que já estamos demasiado inclinados a fechar-nos.

Quem pode prever, aliás, o que teria sido do espírito humano se, ao mesmo tempo que o privávamos de contemplar a conquista do mundo, esse grande espectáculo não tivesse sido substituído pelo da liberdade, e se, regressado ao silêncio e à mediocridade da sua condição depois de tanto barulho e esplendor, cada um tivesse sido reduzido à condição de apenas pensar nas melhores formas de conduzir os seus assuntos privados?

Acredito firmemente que depende dos nossos contemporâneos sermos grandes e prósperos; mas na condição de continuarmos livres. Só a liberdade é capaz de nos sugerir essas poderosas emoções comuns que carregam e sustentam as almas acima de si mesmas; só ela pode lançar diversidade na uniformidade da nossa condição e na monotonia dos nossos hábitos; só ela pode distrair as nossas mentes de pensamentos mesquinhos e elevar o objecto dos nossos desejos.

Pois se a nova sociedade considera o trabalho da liberdade demasiado árduo ou demasiado perigoso, então que se resigne, e que lhe seja suficiente ser mais rica do que a sua antecessora, mantendo-se menos elevada.

Foi no meio da poderosa organização política criada pelo Império que o Sr. de Cessac tomou naturalmente o seu lugar. Tornou-se sucessivamente director da Escola Politécnica, conselheiro e finalmente ministro da administração da guerra, numa altura em que a guerra parecia ser tanto o meio como o fim do governo. Nesses dias diferentes, o Sr. de Cessac mostrou-se constantemente o mesmo homem; foi o executor inteligente, inflexível e honesto dos grandes desenhos de Napoleão. E quando Napoleão foi derrubado, de Cessac fez algo mais raro e talvez mais difícil do que sair pobre do poder; saiu dele com riquezas cuja fonte todos conheciam e honravam: todas se deviam à magnífica estima do imperador.

Aquando da Restauração [da monarquia em 1814], de Cessac partiu para a aposentação, da qual pode dizer-se que praticamente não mais saiu.

Conduziu a sua vida privada com o mesmo espírito que havia mostrado na vida pública. Com simplicidade havia feito coisas notáveis. Com dignidade fazia agora as de menor importância. A ideia de dever, em tudo presente, tudo engrandecia.

Um espírito naturalmente tão regular, tão moderado e contido, nunca esteve longe das crenças religiosas. A aspoentação trouxe-o de volta à fé.

Quando, retirado dos afazeres públicos, pôde olhar sob um prisma calmo e penetrante para o quadro da sua vida, que era também o do seu tempo, e procurou descobrir o que haviam produzido estes acontecimentos memoráveis e aqueles génios raros que lhe pareceram ter mudado o mundo, a grandeza de Deus e a nossa pequenez devem ter explodido de alguma forma diante dos seus olhos.

Viu uma imensa revolução empreendida no sentido da liberdade terminar no despotismo; um império que parecia tocar a monarquia universal, destruído pela mão de estrangeiros na sua capital; um homem que ele tinha acreditado ser maior do que a própria humanidade arruinar-se a si mesmo e precipitar-se do trono quando já ninguém era suficientemente forte para de lá o arrancar. Ao recordar tantas desilusões, tantos projectos vãos, tantas virtudes e crimes inúteis, a fraqueza e imbecilidade dos maiores homens fazendo às vezes mais, às vezes menos, sempre diferente do que queriam, compreendeu finalmente que a Providência nos tem a todos na mão, qualquer que seja o nosso tamanho, e que Napoleão, perante quem a sua vontade foi vergada e como que aniquilada, tinha sido ele próprio apenas um grande instrumento escolhido por Deus dentre todos os pequenos instrumentos que usa para derrubar ou reconstruir as sociedades humanas.

O Sr. de Cessac tinha uma inteligência demasiado firme e consistente para que uma crença permanecesse no seu espírito sem passar aos actos. Para ele, o difícil era o acreditar, não o mostrar a sua fé. Assim, tornou-se um cristão tão fervoroso como sincero: serviu a Deus como tinha servido o imperador.

Foi neste descanso digno e esperançoso que a morte finalmente chegou. Tinha atingido os últimos limites da vida humana: estava no seu nonagésimo primeiro ano de vida.

Embora a grande revolução que agitou os seus contemporâneos tivesse começado antes de ele nascer e ele próprio tivesse já quase um século de vida, morreu antes de saber o que seria das gerações nela formadas. Pôde ver que

novas sementes de liberdade e de servidão estavam a ser semeadas neste mundo. Mas quais seriam desenvolvidas e quais seriam asfixiadas antes de se reproduzirem? Os homens tinham acabado de conceber um gosto mais apurado pela sua independência; mas teriam eles a coragem e a inteligência para a regular e defender? Permaneceriam suficientemente honestos para permanecerem livres?

O Sr. de Cessac não chegou a saber, nem ninguém sabe; pois Deus ainda não entregou aos homens a solução para este problema formidável.

No entanto, as pessoas estão com pressa; querem julgar agora, seja como boa, seja como má, esta grande era cujas consequências ainda não são totalmente conhecidas. Tal trabalho é prematuro. Somos nós, cavalheiros, quem acrescentará à revolução do século XVIII este último traço sem o qual a sua fisionomia permanece incerta. Dependendo do que formos, ele revelar-se-á mais ou menos favorável, ou contrário, àqueles de quem somos o produto. Assim, temos nas nossas mãos não só a nossa própria honra, mas também a dos nossos pais. Só a nossa grandeza os tornará grandes aos olhos da história. Eles responderam por nós perante o futuro; e dos nossos vícios ou das nossas virtudes depende o lugar que finalmente terão na mente dos homens.

INSTITUTO +LIBERDADE, 2022

[info@maisliberdade.pt](mailto:info@maisliberdade.pt)

**NOTA**

O conteúdo do presente documento pode ser partilhado e reproduzido para fins de uso pessoal, científico ou pedagógico, devendo obrigatoriamente incluir devida referência aos indivíduos nele mencionados e ao Instituto +Liberdade. Qualquer outra reprodução, nomeadamente para exploração comercial, republicação ou alteração, é estritamente proibida sem a permissão do Instituto +Liberdade e dos seus autores, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.

A menos que tal seja expressamente indicado, os pontos de vista dos autores do presente documento não são necessariamente, em toda a sua abrangência, os do Instituto +Liberdade.